

Turismo e exportação perdem prioridade na conversão

BRASÍLIA — O Conselho Monetário Nacional, em reunião ontem, aprovou o projeto de conversão da dívida externa em capital de risco apresentado pelo governo, com algumas modificações. A mais importante delas foi a retirada dos setores prioritários para conversão, mantendo apenas o Norte e Nordeste como área beneficiada. Na nova versão, não serão qualquer incentivo os projetos de conversão para os setores da exportação, turismo e hotelaria, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e o programa aprovado pelo BNDES.

— Foi se formando um consenso durante o almoço preparatório da reunião de que a indicação desses setores prioritários não era a maneira mais adequada de encaminhar a conversão — explicou o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. O executivo acabou concordando durante a reunião que o único benefício deverá ser das regiões Norte e Nordeste, contempladas com um dos dois leilões feitos para viabilizar as conversões. Outra mudança feita pelo plenário do Conselho foi liberalizante: reduziu-se de 15 para 12 anos o prazo obrigatório de permanência no país do dinheiro convertido.

Debate — Antes, o Conselho Monetário apenas homologava, agora delibera — comemorou Milliet. Durante a reunião houve um acirrado debate sobre vantagens e inconvenientes da conversão, mas no final apenas o representante dos trabalhadores, José Calixto Ramos, vo-

tou contra o projeto, alegando “razões políticas”, mas informando que, na sua opinião, é preciso buscar-se uma solução para a dívida externa. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, falando logo depois, disse que apoiava “com tranquilidade” o voto do governo. O ministro Prisco Viana rebateu a tese de Calixto de que ao deliberar sobre o assunto o CMN estava se colocando contra uma decisão da Constituinte, e o ministro Anibal Teixeira argumentou que o importante é a aprovação de projetos que criem empregos, afé porque a capacidade de investimento do setor público está se esgotando.

O governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, estava satisfeito ontem a noite com a mudança introduzida no item XVIII. Foi uma mudança de redação, mas que na opinião do governador torna a restrição mais sensata. Pelo texto original estavam proibidos projetos de conversão em projetos onde a “rentabilidade mínima estivesse garantida pelo poder público”. Ele achava que desta forma estavam impedidos conversões em vários projetos, como por exemplo o da Linha Vermelha. Pela nova redação fica proibida a conversão apenas quando o governo se dispuser a “cobrir as perdas”.

Acordo externo — Principal decisão da reunião de ontem do CMN, a aprovação do projeto de conversão deverá, segundo o presidente do Banco Cen-

tral, ajudar o fechamento do acordo com os bancos credores.

— Concluímos logo a regulamentação do projeto, para que ele não fosse objeto da negociação, mas, sem dúvida, vai facilitar o entendimento com os credores, — explicou Milliet, acrescentando que a idéia básica do projeto, em relação aos bancos, “é que não poderá converter a dívida em investimento quem não subcrever os bônus (títulos que serão lançados pelo governo)”. Até seu lançamento, porém, não existirá esse pré-requisito, esclareceu.

O projeto do Banco Central estabelece uma série de restrições para a efetivação dos processos de conversão. As principais: 1. Será permitida apenas a realização de novos investimentos para aumentar a capacidade produtiva e ampliar a oferta de empregos no país; 2. A conversão não poderá ser utilizada para os credores assumirem o controle acionário de empresas brasileiras; 3. É proibida a conversão para o mercado especulativo, apesar de permitir a aplicação em bolsas de valores.

— As aplicações em bolsas não representam investimentos novos, mas é uma forma de capitalizar a empresa nacional — justificou Milliet. Ele explicou que, quando o projeto fala em “mercado especulativo”, está se referindo à aplicação em mercados futuros, como o de opções das bolsas de valores, ou formação de estoques.



Milliet (C), com Bresser (E) e Bornhausen: “não podemos parar o país”

Brasília — José Varella